



COMISSÃO DE PROTECÇÃO
DE CRIANÇAS E JOVENS DE
SINTRA OCIDENTAL

RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES DA CPCJ DE SINTRA OCIDENTAL 2014





OS QUE LUTAM

*Há aqueles que lutam um dia; e por isso são muito bons;
Há aqueles que lutam muitos dias; e por isso são muito bons;
Há aqueles que lutam anos; e são melhores ainda;
Porém há aqueles que lutam toda a vida; esses são os imprescindíveis.*

Bertolt Brecht





1. Introdução

O Concelho de Sintra está inserido no Distrito de Lisboa, faz parte da Área Metropolitana Norte de Lisboa (AML) e ocupa uma área de 319 Km², figurando 42% da AML. A área concelhia integrada no Centro Litoral Português, tem como limites a Norte o Concelho de Mafra, a Sul os Concelhos de Cascais e Oeiras, a Nascente os Concelhos de Amadora e Loures/Odivelas e a Poente o Oceano Atlântico, numa extensão que ronda os 25 quilómetros, formando uma costa alcantilada.

Sintra ocupa um lugar importante, quer pela importância do seu património cultural, natural e histórico, quer pela grandeza, no que respeita ao seu território e população.

Caracteriza-se pela diversidade, dispondo de importantes recursos naturais, sublinhada pela riqueza e diversidade da paisagem, destacando-se como as principais unidades paisagísticas a Serra de Sintra, o litoral das arribas altas e as áreas de paisagem agrícola. A Serra de Sintra, de elevação vigorosa, em contacto direto com o Oceano Atlântico a poente, coberta de vegetação exuberante, mantém variados parques com grande interesse paisagístico e científico, relevando-se como dos elementos estruturais mais significativos da região de Lisboa.

Em 1995, Sintra, com as suas características únicas, fez, com que a UNESCO classificasse Sintra, como património mundial, no âmbito da categoria “Paisagem Cultural”, tendo sido reconhecido o seu património cultural e paisagístico, a nível internacional.

Segundo o Censos de 2011, o Concelho de Sintra mantém-se como o segundo município mais populoso de Portugal, com um total de 377 249 habitantes, distribuídos por vinte freguesias: Agualva, Algueirão Mem – Martins, Almargem do Bispo, Belas, Casal de Cambra, Colares, Massamá, Mira Sintra, Cacém, Rio

de Mouro, Queluz, Monte Abraão, Santa Maria e São Miguel, São Martinho, São Pedro de Penaferrim, Terrugem, Montelavar, Pêro Pinheiro, São João das Lampas e São Marcos.

Atualmente, o município encontra-se subdividido em 11 freguesias, de acordo com a nova reorganização administrativa do território (Decreto Lei nº11-A/2013), que apresentam enormes disparidades, particularmente devido ao facto de terem recebido ao longo das últimas décadas uma migração bastante significativa de população vinda de várias partes do país e de outros países, principalmente países Africanos. Também por esta razão, estas freguesias representam uma maior densidade populacional. As freguesias rurais apresentam uma pressão demográfica mais reduzida, todavia, as freguesias de charneira entre o rural e o urbano (Santa Maria e São Miguel, São Martinho e São Pedro de Penaferrim) têm registado um acréscimo populacional bastante significativo nos últimos anos, não só pela localização estratégica beneficiando das boas acessibilidades, transportes públicos e redes viárias, mas também pelo relativo ordenamento urbanístico destas áreas.

Enquadradas pelo Decreto-Lei nº189/91, de 17 de maio, em 1991 as Comissões de Protecção de Menores surgem como entidades autónomas envolvendo as comunidades locais. É de salientar que a primeira Comissão de Protecção de Menores instalada foi a de Penafiel.

A instalação, acompanhamento e avaliação das Comissões de Protecção são, desde 1998, da responsabilidade da **Comissão Nacional de Protecção de Crianças e Jovens em Risco** (Decreto-Lei nº 98/98, de 18 de abril).

A 1 de janeiro de 2001, entrou em vigor a nova Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo, Lei 147/99, de 1 de setembro, adiante designada de LPCJP, que aproveitou a experiência de dez anos das Comissões de Protecção de Menores em Risco. Deste modo, são reestruturadas com novas atribuições e



novo estatuto, permanecendo o tribunal apenas como subsidiário, passando a denominar-se de **Comissões de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo**.

O Concelho de Sintra com a dimensão populacional referida anteriormente e com o constante crescimento, teve sempre a intervenção da **Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Sintra** (CPCJS), em toda a sua área territorial. Com as instáveis características que foram surgindo, a Comissão deparou-se com um enorme volume processual, chegando a ser a Comissão com o maior número de processos a nível nacional, tendo no ano de 2001 dado entrada de 1091 processos e nos anos subsequentes, 1251 (2002) e 1248 (2003). Dado o volume processual com que a Comissão se deparava, em conjunto com a Câmara Municipal de Sintra, estas duas entidades, partilharam a sua preocupação com a CNCJR e procederam ao seu desdobramento, de forma a trazer mais celeridade à intervenção das situações, passando a existir duas Comissões. Este objetivo concretizou-se no dia 9 de fevereiro de 2005, com a criação das duas novas Comissões: **Sintra Ocidental** e **Sintra Oriental**, e consecutivamente a extinção da CPCJ de Sintra.

A **Comissão de Sintra Ocidental** é territorialmente responsável pelas freguesias de Algueirão Mem – Martins, Rio de Mouro e Colares e pela União de freguesias de Almargem do Bispo, Montelavar e Pero Pinheiro, União de freguesias de Santa Maria e São Miguel, São Martinho e São Pedro de Penaferrim, e união de freguesias de Terrugem e São João Lampas.

2. Composição da CPCJ de Sintra Ocidental

Em 2014 a CPCJ de Sintra Ocidental, funcionou na modalidade restrita e alargada, sem qualquer alteração, quanto à sua composição.

Entidades Representadas	Identificação da Entidade	Identificação dos Membros Efetivos
1 Representante do Município	CMS	Catarina Fernandes
1 Representante da Segurança Social	ISS, Sintra	Ana Moreira
1 Representante do Ministério da Educação	DGEST	- Ana Duarte (Janeiro-Julho/2014) - Anabela Barranhão (Out-Dezembro/2014)
1 Representante do Ministério da Saúde	ACES Sintra	Teresa Coito
1 Representante de cada IPSS/ONG (atividades de caráter não institucional)	MDV Assoc. Igualdade Parental Assoc. Passo a Passo Assoc. Juvenil A Ponte Assoc. Pais para Sempre Quinta-essência ACAS Caças	- Patrícia Chaleira - Conceição Simões - Visitação Monteiro - Luísa Oliveira - Diren Kanji - Raquel Pinto - Patrícia Bruno - Patrícia Retrê
1 Representante de cada IPSS/ONG (atividades de carácter institucional)	Casa Pia	Paulo Videira
1 Representante de Associações de Pais		Palmira Simões António Pinheiro



Entidades Representadas	Identificação da Entidade	Identificação dos Membros Efetivos (nome)
Associação Jovens/Serviços de Juventude - IPJ	Dínamo	Raquel Antunes
Forças de Segurança	GNR	Bruno Ribeiro
	PSP	Toni Pinto António Varela
4 Pessoas designadas pela Assembleia Municipal ou Assembleia de Freguesia	União de Freguesias de Terrugem e S. João das Lampas	Dina Serra
	União de Freguesias de Montelavar, Pêro Pinheiro e Almargem do Bispo	Lina Andrês
	J.F. Rio de Mouro	Nélia Torzecki
Elementos Cooptados à Comunidade		- Celestino Almeida - Jovita Santos

Técnicos		
Técnicos de Apoio	CM Sintra	- Anabela Paraíso - Arlete Santos - Celmira Sousa (em fase de mobilidade de carreira)
	ISS, Sintra	- Elisabete Prata - Lígia Brinca - Paula Costa
1 Professor Tutor	DGEST	- Maria José Furtado (Janeiro a Julho/2014) - Marta Mourão (Outubro a Dezembro 2014)
Estagiários	Ordem dos Psicólogos	Susana Rodrigues (Janeiro a Setembro 2014)

Os Interlocutores do Ministério Público – da Comarca Lisboa Oeste Sintra – Instância Central, 1ª Secção de Família e Menores, com quem a CPCJ tem uma excelente articulação – Dra. Ângela Farinho e Dr. Carlos Moysan.

1. Reuniões da Comissão Alargada

A Comissão Alargada reuniu com periodicidade mensal, tendo funcionado com grupos de trabalho ativos em que os parceiros se centram nas necessidades das crianças e jovens em perigo e envolvem-se nas respostas de modo contínuo, sem que seja apenas na reunião mensal da Comissão Alargada, que se traduz numa maior motivação, empenhamento e intervenção.

2. Reuniões da Comissão Restrita

A Comissão Restrita reuniu, todas as semanas, às quintas-feiras, a partir das 9h30m. Nas reuniões estiveram presentes os seis membros que a compõem e os técnicos de apoio. Foram um espaço privilegiado para informar, analisar, refletir sobre os casos, propor medidas ou a sua revisão ou cessação. Ainda, conciliar pontos de vista, motivar e reconciliar conflitos.

• Membros na Comissão Restrita

Entidades Representadas	Identificação do Membro	Tempo Disponível
C.M.S	Catarina Fernandes	Tempo Inteiro
ISS	Ana Moreira	4 ½ Dias / Semana
Ministério da Educação	Ana Duarte (Janeiro a Junho 2014) Anabela Barranhão (Outubro a Dezembro 2014)	Tempo Inteiro
Ministério da Saúde	Ana Rainho	1 Dia/ Semana
Ass. Pais para Sempre	Sandra Alves	2 Dias/ Semana
Cooptados à Comunidade	Celestino Almeida	4 Dias / Semana

- **Técnicos na Comissão Restrita**

Entidades	Identificação do Técnico	Tempo Disponível
Apoios Técnicos da CMS	- Anabela Paraíso - Arlete Santos - Celmira Sousa	Tempo Inteiro
Apoios Técnicos do ISS	- Elisabete Prata - Lígia Brinca - Paula Costa	4 ½ Dias / Semana
Professora Tutora	Maria José Furtado (Janeiro a Junho 2014) Marta Mourão (Outubro a Dezembro 2014)	Tempo Inteiro

- **Apoio Administrativo**

Entidades	Identificação do Técnico	Tempo Disponível
CMS	- Cândida Santos - Isabel Durão	Tempo Inteiro



3. Instalações da CPCJ

Embora no passado as condições fossem deficitárias, e ao longo dos anos esta situação melhorasse, o local onde se encontra instalada, presentemente, a CPCJ de Sintra Ocidental, continua a não ser o ideal, por questões de acessibilidade a pessoas portadoras de deficiência motora e pelo contexto problemático onde está inserida, devido ao consumo e alegado tráfico de substâncias psicoativas lícitas e ilícitas, contudo, a CMS encontra-se a encetar esforços para que a resolução desta situação seja célere.

A CPCJ de Sintra Ocidental aderiu ao Mês da Prevenção dos Maus Tratos na Infância, em abril, tendo organizado várias atividades, em parceria com as Entidades com Competência em Matéria de Infância e Juventude, tais como:

- Laço Humano no Palácio de Sintra e nas escolas da área territorial de intervenção;
- Programa Escolhas – capoeira, pinturas faciais, jogos interativos e *workshops*;
- Exposição dos trabalhos efetuados pelas crianças e jovens das escolas;
- Realização de um Filme;
- Elaboração do cartaz e distribuição da história do Laço Azul.



Campanha do laço Azul (*Blue Ribbon*) nasceu em 1989, quando Bonnie W. Finney, uma avó atenta e preocupada, amarrou uma fita azul à antena do seu carro.

A trágica história de maus tratos dos seus netos levou Bonnie a alertar a comunidade para este problema da sociedade atual, muitas vezes camuflado no seio familiar, o conceito baseou-se em “fazer com que as pessoas se questionassem”.


E porquê azul?

A cor azul foi especialmente escolhida como constante lembrança aos corpos espancados e nodos negros resultantes das agressões.


A **CPCI** (Comissão de Protecção de Crianças e Jovens) **Sintra Ocidental** associa-se à comemoração do mês da prevenção dos maus tratos na infância, o mês de abril, com o intuito de contribuir para consciencializar a comunidade para esta problemática local, através da realização de diversas iniciativas.

Colabore com esta iniciativa no mês de abril.

Se o mau trato é um ato que deve reprovar, agora tem como o demonstrar, colocando um laço azul na sua porta ou janela.



Com o apoio de:



Na sua atividade, direciona a sua intervenção, numa perspetiva ampla:

- Situações de urgência e emergência;
- Resposta a pedidos de colaboração de outras CPCJ;
- Participação em Reuniões do CAF; Saúde Mental (reuniões mensais com a Pedopsiquiatria, médicos de família, enfermeiros e NACJR); da Rede de Intervenção na área da Violência em Sintra (RIVS); do CLAS (Conselho Local de Ação Social); dos NHACJR (Núcleo Hospitalar de Apoio a Crianças e Jovens em Risco) e NACJR (Núcleo de Apoio a Crianças e Jovens em Risco);
- Reuniões mensais com as CPCJ de Sintra Oriental, Cascais, Oeiras e Amadora;
- Reuniões com Direções de equipamento escolar e Juntas de Freguesias;
- Formação à comunidade educativa, e a outras entidades de 1ª linha acerca do papel da CPCJ (6 em equipamento escolar para professores e assistente operacionais, 1 associação de pais);
- Supervisão efetuada aos técnicos da CPCJ no Centro Hospitalar de Lisboa;
- Elaboração do Plano de Ação.



Em termos administrativos a CPCJ:

- Abertura do Processo de Promoção e Protecção – 704;
- Remessa dos processos a TFM e OCPCJ'S – 357;
- Entrada de correspondência na base da CPCJ – 5516;
- Atendimento ao público presencial e telefónico.

Embora a elaboração do relatório de atividades seja da competência exclusiva do Presidente da CPCJ, foram dados contributos importantes dos restantes membros e apoios técnicos da Comissão Restrita.

5. Caracterização Processual 2014

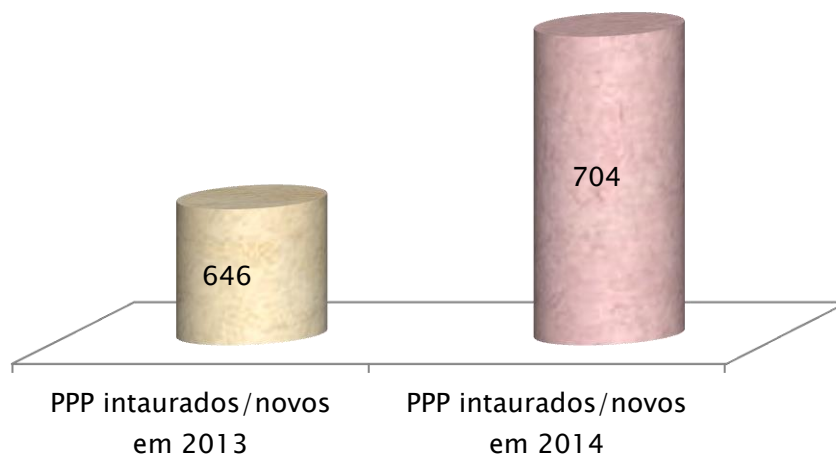
A caracterização processual, além de ser comparada com o sistema informático da CNCJR, foi analisada através do sistema interno da CPCJ. Comparativamente ao ano anterior (2013) constata-se um acréscimo do número de Processos de Promoção e Protecção instaurados.



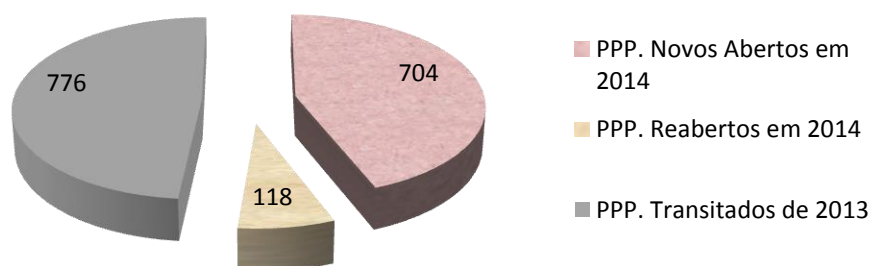
Caracterização Processual



Processos de Promoção abertos em 2013 comparativamente aos abertos em 2014:



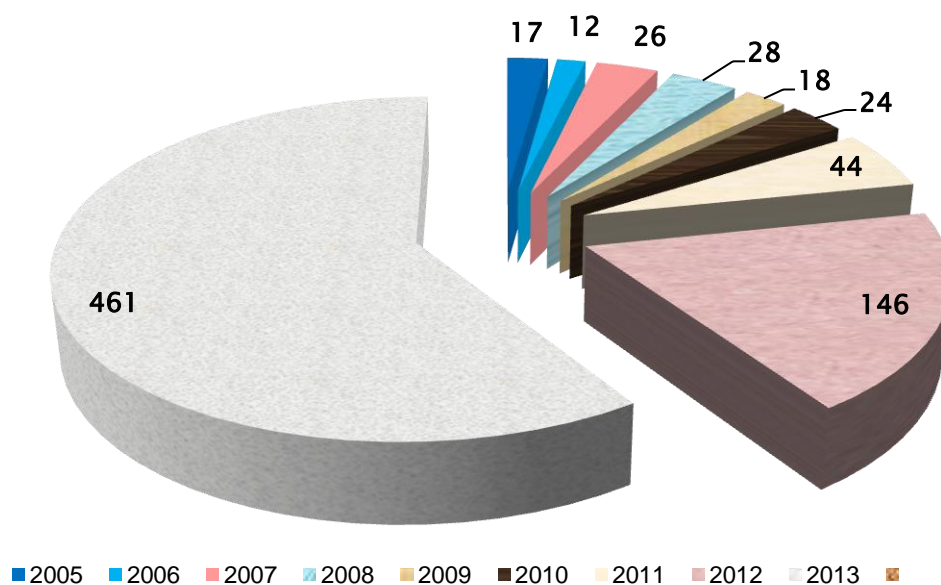
Processos Ativos em 2014 – 1598 Processos



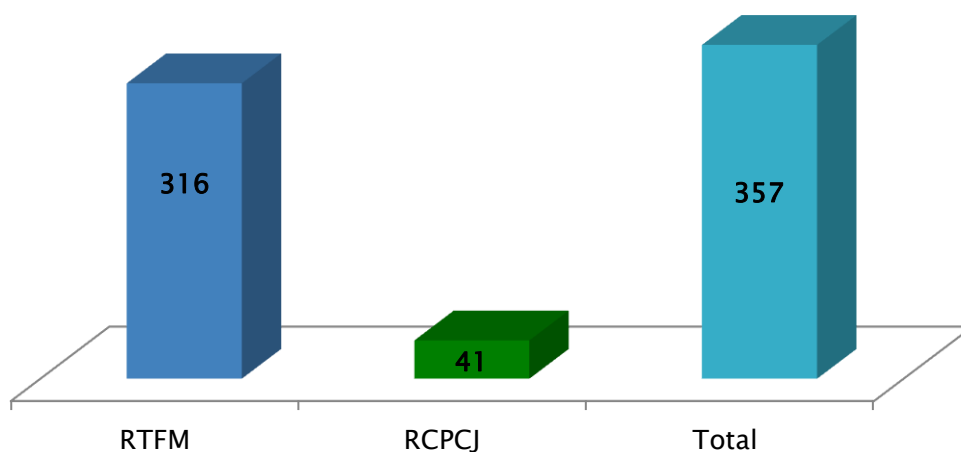


Total de Processos reabertos e abertos, transitados para 2014:

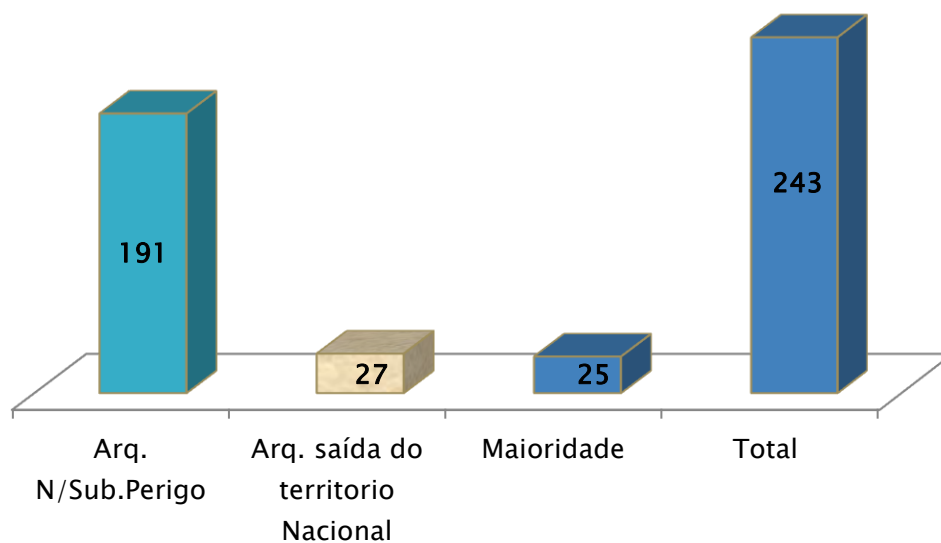
Ano	Nº de PPP
2005	17
2006	12
2007	26
2008	28
2009	18
2010	24
2011	44
2012	146
2013	461
Total	776



**Processos Remetidos a Tribunal de Família e Menores e a Outras CPCJ
em 2014:**

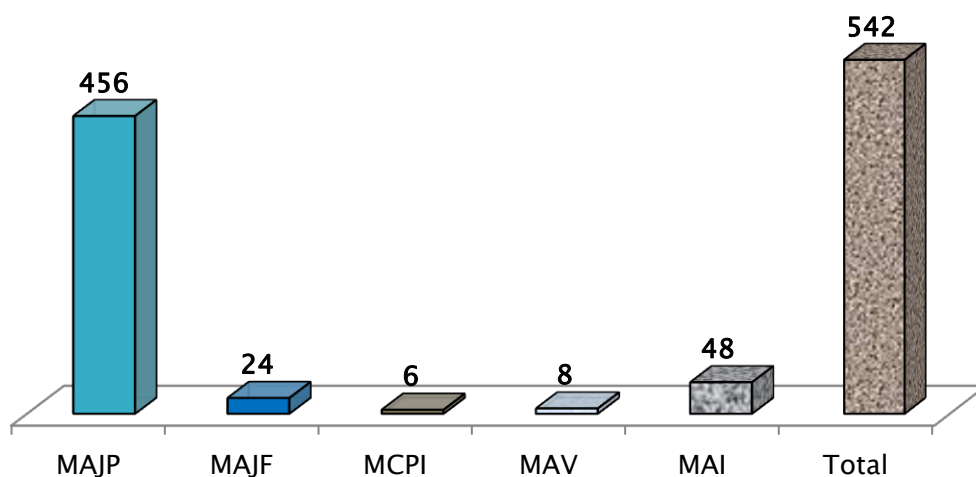


Processos arquivados em 2014





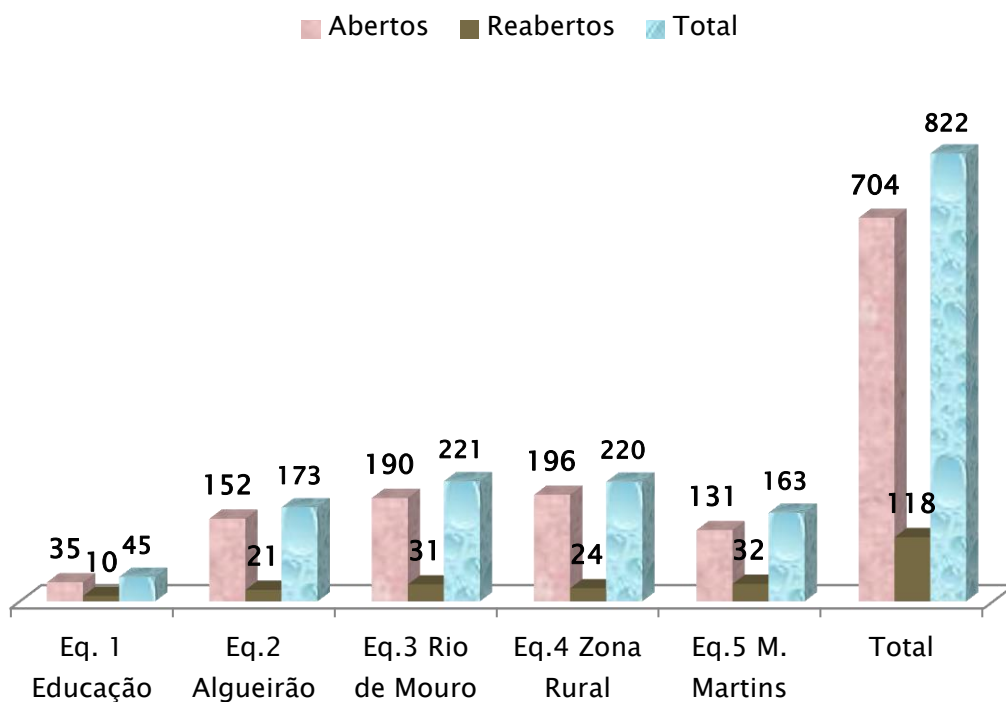
**Total de Medidas Aplicadas e em Acompanhamento até 31 de dezembro
de 2014 – 542 Processos**



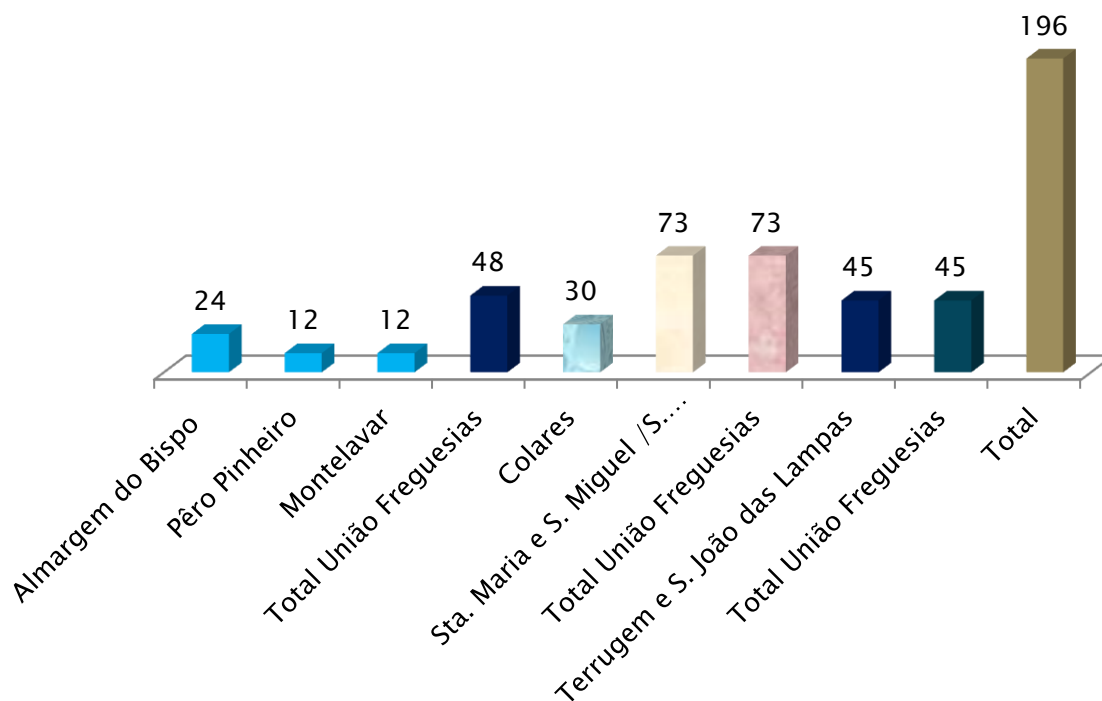
Medidas	
Medida de Apoio Junto dos Pais	MAJP
Medida de Apoio Junto de Outro Familiar	MAJF
Medida de Confiança à Pessoa Idónea	MCPI
Medida de Apoio para Autonomia de Vida	MAV
Medida de Acolhimento em Instituição	MAI



Processos Instaurados e Reabertos em 2014/Equipa

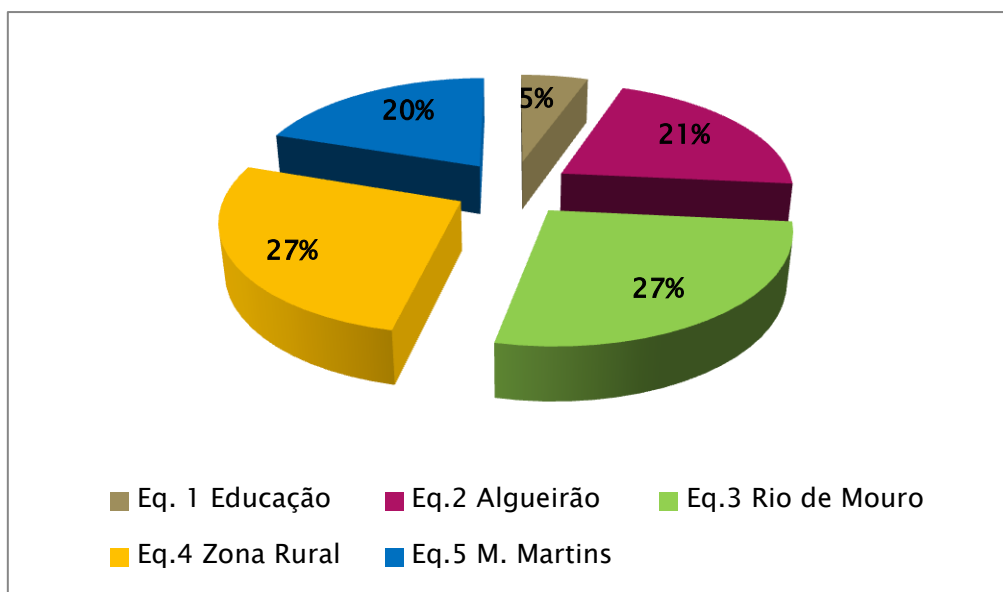


Distribuição Processos nas Zonas Freguesias Rurais

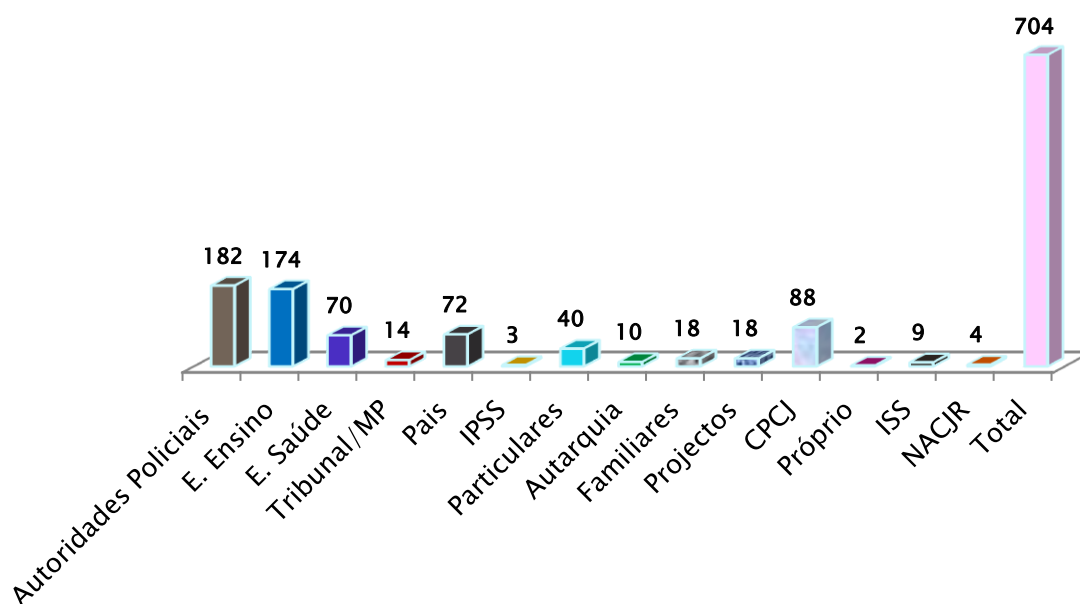




Percentagem de Processos distribuídos por Equipas/ Freguesias

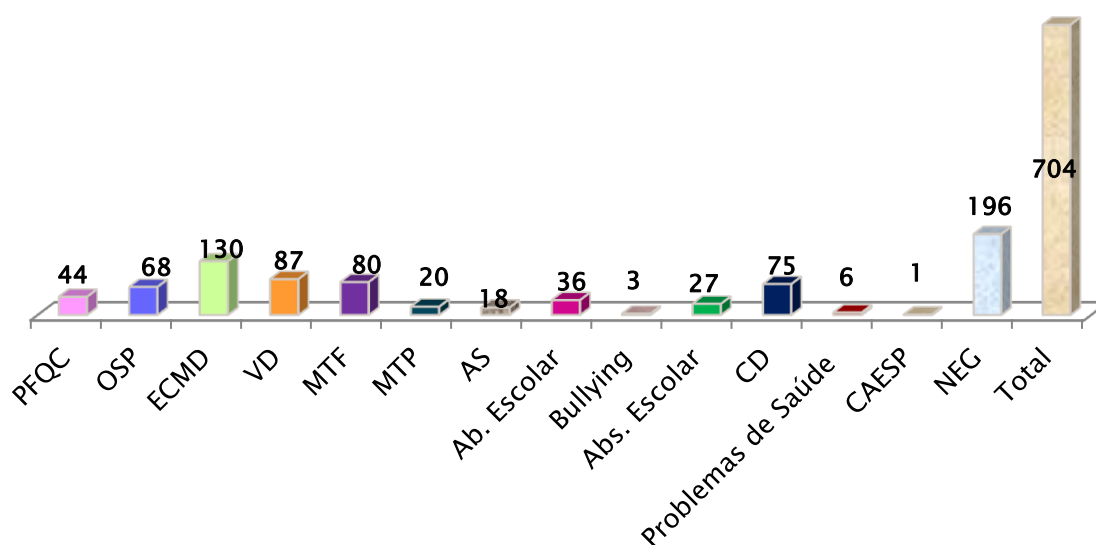


Entidade Sinalizadora em 2014 – Processos Novos

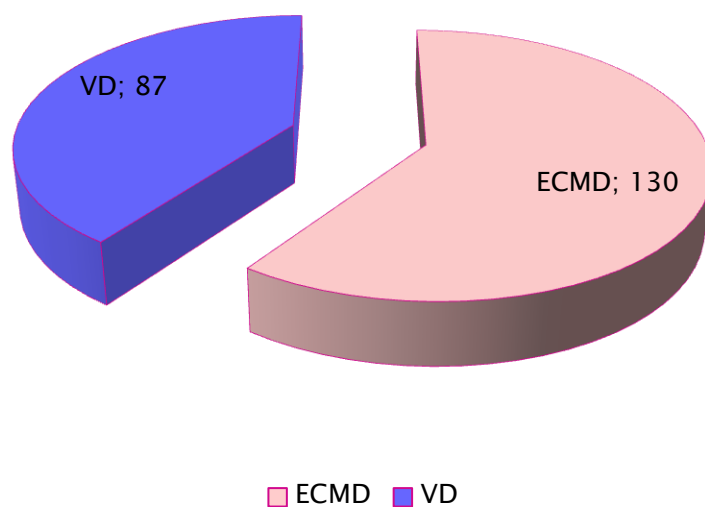




Problemáticas Sinalizadas em 2014



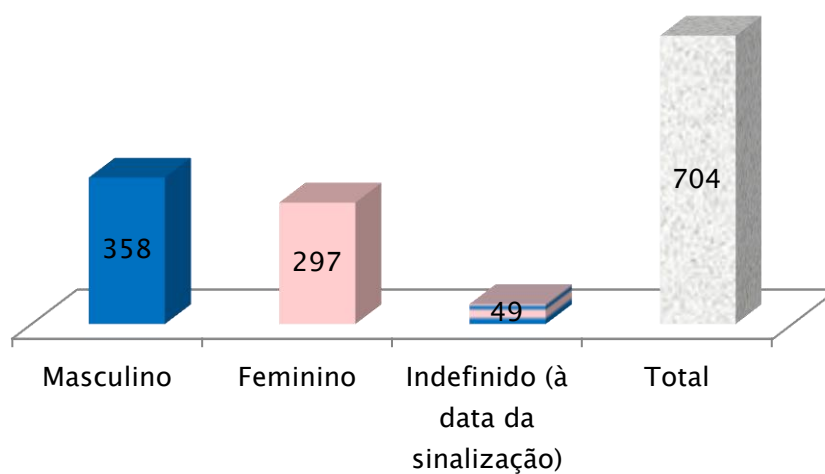
Exposição a modelos de comportamento desviante/ Violência Doméstica



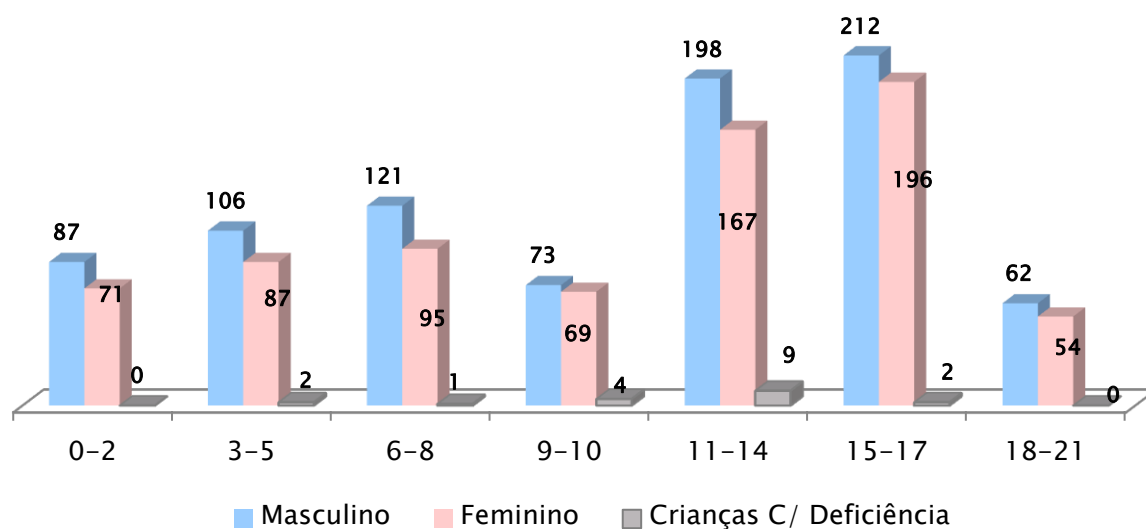


Problemáticas	
Prática de facto qualificado pela lei penal como crime	PFQC
Outras situações de perigo	OSP
Exposição a modelos de comportamento desviante	EMCD
Violência Doméstica	VD
Maus tratos psicológicos/ Abuso emocional	MTP
Abuso Sexual	AS
Abandono Escolar	AB
Absentismo Escolar	ABS
Comportamentos Desviantes	CD
Criança Abandona/Entregue a si própria	CAESP
Negligência	NEG

Processos abertos em 2014 por género



Crianças e Jovens acompanhados por Escalão Etário/género/situação de Deficiência em 2014 = 1598

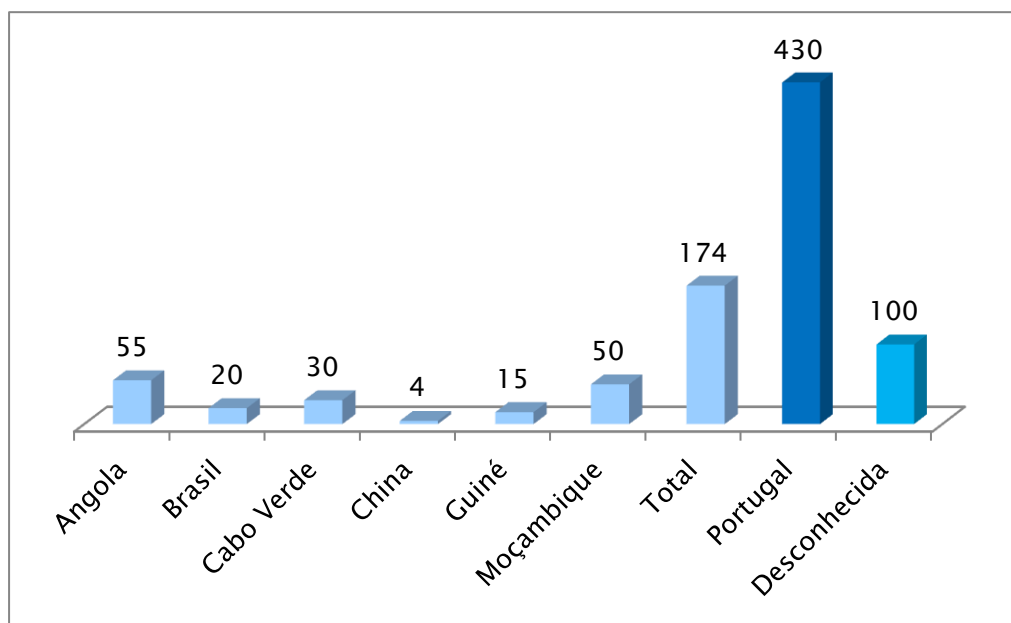


Processos abertos em 2014
Portugal (Naturalidade/Concelho)

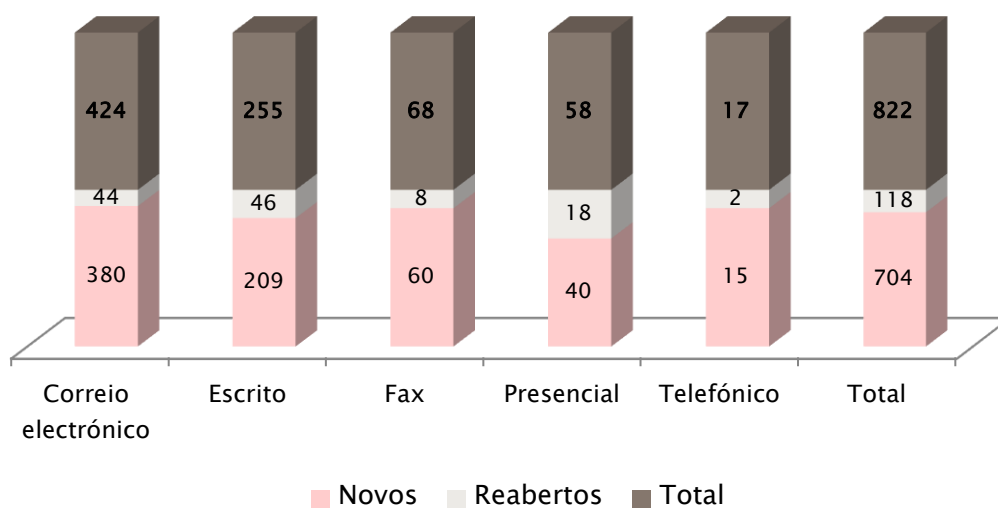
Naturalidade/Concelho	Total
Alijó	1
Amadora	60
Braga	2
Cascais	40
Góis	1
Lisboa	70
Loures	10
Odivelas	4
Oeiras	20
Santarém	2
Seixal	1
Sintra	112
Tavira	2
Tomar	3
Torres Vedras	4
Desconhecida	98
Total	430



Processos abertos em 2014 Nacionalidade



Forma na Sinalização das Crianças e Jovens em 2014





Os Processos Transitados para 2015 totalizam 998, verificando-se um acréscimo significativo.

Dos 998, 500 encontram-se com Medida de Promoção e Protecção em acompanhamento, 414 em Avaliação Diagnóstica e 84 em Análise Preliminar.



Considerações Finais

Com o presente relatório pretendeu-se, de modo resumido, descrever e expor o volume processual (1598), referente ao ano 2014, na CPCJ de Sintra Ocidental.

Ressalva-se o aumento significativo do número de processos (704) Instaurados em 2014, bem como, os reabertos (118) e os transitados (776).

Destaca-se o elevado número de medidas aplicadas (542), tendo em conta o volume processual e os recursos humanos disponíveis. Um dos objetivos desta Comissão é sem dúvida continuar a desenvolver um trabalho delineado e estruturado em prol do bem-estar e desenvolvimento integral das crianças e jovens em situação de perigo do Concelho de Sintra.

Contudo, só com técnicos com formação profissional e pessoal, é possível desenvolver uma função, que só por si se traduz num elevado desgaste, exigindo-se empenho e dedicação, por forma a dar resposta às solicitações e à diversidade de problemáticas que surgem no âmbito das crianças e jovens em perigo; deste modo, torna-se, imprescindível a valorização da equipa desta CPCJ.

“É preciso toda uma aldeia para educar uma Criança”, diz o provérbio africano. Hoje, mais do que nunca, é um compromisso da comunidade educar e proteger as suas crianças. Apenas conjuntamente se consegue construir um mundo melhor, onde todas as crianças e jovens possam ver os seus direitos assegurados.





Anexos

